



**“Apresentação das conclusões preliminares de um questionário
sobre as percepções da pobreza em Portugal”**

Dia 20 de Outubro de 2009 – 18h00

Auditório 2 do Edifício do Quelhas do ISEG - Rua do Quelhas, n.º 6, em Lisboa

Algumas premissas:

O principal objectivo deste estudo é o de auscultar a percepção dos portugueses sobre a pobreza e a exclusão social em Portugal. Este objectivo reveste-se de uma função instrumental altamente importante para as organizações que promovem este estudo porque:

- Permite perceber como percepcionam os portugueses o que significa a pobreza, qual a sua intensidade, quais as suas causas e consequências, quais os seus responsáveis e quais as principais medidas que deveriam ser tomadas para o seu combate;
- Ao fornecer-nos esta leitura permite-nos compreender melhor qual o estado do conhecimento sobre estes fenómenos, como são percebidos e interpretados e quais as principais áreas de intervenção (em termos de sensibilização e informação) que teremos que privilegiar;
- Oferece-nos uma oportunidade para melhorar a nossa forma de actuação e melhor atingir os nossos objectivos.

Algumas conclusões:

1. A percepção sobre a intensidade e extensão da pobreza é forte e vai para além da realidade estatística (59% afirmam que a percentagem de pobres se situa entre os 10% e os 40%). Os portugueses sentem a pobreza e sentem-na numa proporção preocupante.
2. Em relação à própria situação dos inquiridos (e embora com naturalidade afirmem que a situação é pior noutras regiões) a percepção é igualmente preocupante. 20% afirmam viver uma situação de risco de pobreza, 7% de pobreza explícita e 1% de miséria. Se considerarmos que 52% afirmam que vivem com algum conforto (o que pode significar alguma aceitação de níveis menores de conforto ou uma dificuldade em admitir frontalmente uma situação de menor conforto ou mesmo de pobreza) ainda mais preocupante se torna esta percepção (neste caso muito concreta por se tratar da sua própria situação).
3. Em relação aos grupos, como seria de esperar surge uma percepção de que hoje a pobreza afecta novos grupos, essencialmente relacionados com o emprego / desemprego / precariedade laboral. Não deixa de ser curioso – e preocupante – como os “novos pobres” de há 10 anos (Imigrantes, Minorias Étnicas, Famílias Monoparentais, Deficientes...) sejam hoje já “património” da “velha pobreza”. Isto é particularmente preocupante por poder significar algo de que já desconfiávamos: a “velha pobreza” torna-se menos visível, menos prioritária e, a breve prazo, e por interrupção de uma atenção específica, poderá intensificar-se. É importante sublinhar que se é verdade que a crise económica e social criou “novos pobres” não será menos verdade que essa mesma crise veio em primeira instância piorar a situação de quem, precisamente, já vivia em situação de pobreza.
4. O Estudo revela um altíssimo nível de pessimismo e de baixas expectativas. 75% dos inquiridos considera que a situação piorou nos últimos 5 anos e 50% afirma que irá continuar a piorar. Tal percepção reflecte-se directamente e de forma intensa na percepção sobre as possibilidades dos pobres conseguirem sair da situação de pobreza (77% afirma que têm

poucas ou nenhuma e os seus filhos 61%). Este tipo de percepção convoca e reforça um sentimento de fatalismo e resignação face à pobreza que dificulta o surgimento e sustentabilidade de uma mobilização e participação activa da sociedade.

5. Em relação às causas da pobreza, a percepção encontra-se actualmente muito concentrada nas questões relacionadas com o emprego. Ou seja, existe um enviesamento ou desconhecimento face às verdadeiras causas que presidem às consequências confundidas como causas (que são o desemprego, a precariedade laboral, etc). Esta percepção releva uma enorme necessidade de continuar a fazer uma “pedagogia” sobre as verdadeiras causas da pobreza. Esta confusão entre causas e consequências é de resto muito vulgar e veiculada com frequência por diversos actores (muitos dos quais detêm relevantes papéis no combate à pobreza).

6. De resto, o mesmo se passa em relação à percepção sobre os indicadores de pobreza. Neste Estudo (como noutros) para caracterizar quem é verdadeiramente pobre continuam a ser apresentados indicadores relacionados com a pobreza absoluta e com a total ausência de mínimas condições de sobrevivência. Ou seja, os portugueses continuam a identificar como verdadeiramente pobres aqueles que, na realidade, se encontram numa situação de pobreza extrema e de miséria. Este tipo de percepção – preocupante – é de resto veiculada e reforçada pelos *Media*: sempre que se fala de pobreza, a imagem que se mostra é a de um sem-abrigo; sempre que se procura um pobre para entrevistar, é alguém que vive numa barraca. Assim, se não são de estranhar estas percepções, é muito importante combater esta “associação de exclusividade” entre pobreza e pobreza absoluta (e exclusivamente monetária).

7. Em relação à responsabilidade para resolver o problema confrontamo-nos igualmente com uma percepção “complicada”. Uma boa parte dos inquiridos afirma que a responsabilidade é do Governo, ou seja, “externaliza” a responsabilidade e, no limite, poderá não se considerar parte da solução. Isto pode sugerir que existe uma demissão colectiva dos cidadãos face às suas directas responsabilidades pela criação e manutenção dos fenómenos de pobreza e de exclusão social e uma fraca vontade de participar mais directamente na sua resolução. Esta percepção (que importa explorar e aprofundar) é altamente perigosa por poder incorporar a ideia de que “eu não tenho nada a ver com isso”, “eu não sou responsável”, “eu pago os meus impostos, o Governo que resolva”... A ausência de uma vontade de participação cidadã poderá, precisamente, constituir um dos principais e mais fortes impedimentos ao combate eficaz contra a pobreza e a exclusão social...

8. No que concerne ao tipo de atitude que a pobreza gera, os inquiridos afirmam que esta gera mais “desenrascanço” do que solidariedade. Estamos perante uma percepção que pode ser bastante penalizadora para as pessoas em situação de pobreza ao associá-las a uma resolução individual (e provavelmente pouco “socialmente correcta”) dos problemas. Este tipo de percepção nega o capital social potencial das pessoas em situação de pobreza e, por outro lado, revela que existe uma desresponsabilização por parte da sociedade como um todo. Uma vez mais é uma percepção que deverá merecer uma particular atenção e aprofundamento.

9. Sobre os principais objectivos políticos, a percepção centra-se nas questões do emprego (o que, nas actuais circunstâncias é compreensível). Mas, e importa sublinhar, revela uma quase total desvalorização de outros objectivos directamente concorrentes para a solução dos problemas de pobreza. É de salientar como uma das principais preocupações a quase irrelevância da prioridade “ausência aos países pobres” que denota uma dificuldade de compreensão da dimensão global da pobreza e do impacto que a pobreza e exclusão de outros territórios (países e continentes) poderá ter no território nacional (deslocalização de empresas, Imigração, Emigração...).

10. Apesar de tudo, e se calhar de forma contraditória, surge uma percepção forte de que para que uma sociedade funcione bem é “preciso que as pessoas participem e sejam ouvidas” (79%), ou seja, existe uma compreensão de que será preciso aprofundar a Democracia e as formas de governação mais colectivas em detrimento de formas mais centralizadas e auto-centradas de poder.

Em síntese:

Este estudo indica-nos claramente que é fundamental intervir no domínio da opinião pública, e sobre as suas percepções. Não podemos esquecer que os conceitos de pobreza e de exclusão social são construídos e delimitados pelo mundo dos que se julgam incluídos. É aqui que é preciso, prioritariamente, actuar.

É preciso criar uma cultura social que assuma a sua co-responsabilidade, que entenda que a exclusão é uma consequência dos modelos, das práticas, dos consumos que escolhemos, que tal situação não é inevitável, e, já agora, que ninguém está hoje livre de se ver em semelhante situação.

Lutar contra a pobreza é lutar pelos mais básicos direitos humanos e é fundamental entender e ter como premissa – de uma vez por todas! – que a pobreza, para além de não ser uma fatalidade, não é, primariamente, uma responsabilidade dos próprios pobres. Lutar contra a pobreza não deve ser um favor, uma benesse, uma boa vontade ou um alívio de consciências.

Lutar contra a pobreza é lutar por sermos humanos. Lutar pela concretização da integralidade do ser humano. Este é o papel que nós, enquanto interventores sociais, aos mais variados níveis e desde as mais diversas estruturas e formas de resposta, devemos assumir.

Contrariar o actual cenário significa caminharmos para o (re)estabelecimento de uma cultura da reciprocidade. Devemos (re)aprender a ver, (re)aprender a reconhecermo-nos uns aos outros como semelhantes de facto. Se conseguirmos transformar a luta contra a pobreza numa espécie de “arte pública” – com todos, de todos e para todos – em que o bem e o belo, de uma forma comum, sejam a razão dos nossos modelos e escolhas, poderá, então, ser possível falar de inclusão social ou erradicação da pobreza.

A nossa proposta é que a luta contra a pobreza seja assim transformada numa “arte pública”, ou seja, um novo projecto de cidadania, reencontrando diálogos perdidos, com novos espaços de relação, uma tarefa colectiva contando com a participação de todos, entendendo a erradicação da pobreza como um objectivo prioritário e quotidiano para todos os cidadãos: concretizar o sentimento profundo de permitir que o impossível aconteça: realizar o bem-comum, dignificando a pessoa humana.

Algumas acções:

* Sabendo que os próximos meses, e em particular o próximo ano (2010 – Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social), serão de fulcral importância para o estabelecimento de uma nova estratégia de inclusão social;

* Sabendo que enfrentamos uma crise económica com um impacto social sem precedentes (nos últimos 70 anos) e que o risco de pobreza aumenta e afecta novos grupos de cidadãos;

* Sabendo que para ultrapassar um fenómeno desta natureza, que viola quotidianamente os Direitos Humanos de mais de 79 milhões de pessoas na União Europeia (entre os quais se encontram aproximadamente 2 milhões de portugueses), é necessária uma mobilização e participação de todos os actores e, em particular das pessoas que enfrentam esses fenómenos;

3 tipologias de acções:

Investigação: Em primeiro lugar procuraremos continuar – em parceria – a aprofundar este estudo e os seus resultados. Pretendemos levar o mais longe possível a análise deste estudo, nomeadamente comparando os seus resultados com outros estudos e sondagens;

Sensibilização / Campanhas: Em segundo lugar, os resultados do estudo permitem-nos concluir que existe um longo caminho a percorrer em termos de informação sobre os

fenómenos da pobreza, combatendo estereótipos e mobilizando de forma muito mais colectiva toda a sociedade portuguesa;

Formação para a participação activa / Criação de espaços de participação e de novas formas de governação: Em terceiro lugar, os próprios resultados preliminares do estudo vêm sublinhar a ideia de que muito há fazer para aprofundar os mecanismos de participação cidadã na concepção, implementação e avaliação das políticas de combate à pobreza, particularmente das próprias pessoas que vivem em situação de pobreza.